autuado por cintiacarrer em 25/08/2026 15:10:53.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

PROCURADORIA
SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 653/2026

Realizada a pesquisa no APL (Banco de Dados da Câmara Municipal de São Paulo) e nos "sites" www.prefeitura.sp.gov.br/legislação e www.planalto.gov.br, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

- Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

- Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991 – Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

- Lei Federal nº 15.222, de 29 de setembro de 2025 – Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para prorrogar a licença-maternidade em até 120 (cento e vinte) dias após a alta hospitalar do recém-nascido e de sua mãe; e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar o prazo de recebimento do salário-maternidade.

- Lei Estadual nº 10.261, de 28 de outubro de 1968 – Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.

- Lei Complementar Estadual nº 1.054, de 7 de julho de 2008 – Amplia os períodos da licença à gestante, da licença-paternidade e da licença por adoção.

- Lei Estadual nº 18.473, de 3 de junho de 2026 – Altera a Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968, a Lei nº 500, de 13 de novembro de 1974, e a Lei Complementar nº 367, de 14 de dezembro de 1984, em matéria relacionada à licença por adoção ou guarda judicial para fins de adoção.

- Lei Orgânica do Município de São Paulo – especialmente art. 37, § 2º; art. 70; e art. 235.

- Lei Municipal nº 8.989, de 29 de outubro de 1979 – Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de São Paulo e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 13.379, de 24 de junho de 2002 – Institui a licença-maternidade especial para servidoras municipais, mães de bebês prematuros, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 14.872, de 31 de dezembro de 2008 – Dispõe sobre a ampliação dos períodos da licença-gestante, da licença por adoção e da licença-maternidade especial.

  PL 545/2026 Altera a Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1979, e a Lei nº 9.919, de 21 de junho de 1985, para equiparar a licença-maternidade adotiva à prevista para a maternidade biológica, sem limitação de idade do adotado.

Matéria DSP 12770/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 25/08/2026 e juntado ao PL 653/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=758165.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

PL 454/2026 Dispõe sobre o Programa de Proteção à Guarda Civil Metropolitana (GCM) gestante e dá outras providências.

PL 1253/2025 Dispõe sobre a implementação da Renda Mínima de Licença-Maternidade para o Trabalho Informal no Município de São Paulo

PL 418/2025 Dispõe sobre a criação do Observatório da Violência Política Digital de Gênero e/ou Raça contra Mulheres no âmbito municipal e dá outras providências.

PL 214/2023 Concede ao pai servidor público municipal o direito a licença-paternidade nos moldes da licença-maternidade, no caso de falecimento da mãe, em decorrência de complicações no parto ou logo após, e dá outras providências.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Presidente.

São Paulo, 24 de agosto de 2026.

CINTIA TALARICO DA CRUZ

Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia

OAB/SP 155.068

Matéria DSP 12770/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 25/08/2026 e juntado ao PL 653/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=758165.